
FHC Cardoso: da depen dência à democracia

David Lehmann

Tradução: Maria Lúcia Montes

A palavra "dependência" começou a tornar-se de uso corrente em meios acadêmicos internacionais a partir do título de uma obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita quando ambos trabalhavam no ILPES, o centro de pesquisa e de ensino da CEPAL, em 1966/1967. Desde então, apesar de serem parceiros na autoria, o livro tem sido associado ao nome e à influência de Cardoso. Em 1977, numa conversa, Cardoso dizia que o livro havia sido escrito precisamente contra Gunder Frank, ou pelo menos

contra a idéia de que não havia outra alternativa para a América Latina exceto o fascismo ou a revolução. Talvez se tratasse, em retrospectiva, de um comentário sobre o livro, que não contém nenhuma referência a Frank; mesmo no pós-escrito das novas edições de 1977 ele não é mencionado. Antes disso, Cardoso havia escrito sobre a história da escravidão no Sul do Brasil e sobre a elite industrial brasileira¹ e, embora nunca estivesse associado a um projeto marxista para o Brasil ou a América Latina, provavelmente estava mais próximo do marxismo, e com certeza se dedicara mais ao

¹ *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962), 2.^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; e *Cuestiones de Sociología del Desarrollo en América Latina*, Santiago, Editorial Universitaria, 1968.

seu estudo, do que qualquer dos expoentes da teoria da dependência. Talvez se pudesse dizer que seu marxismo prefigurava algumas das versões mais ecléticas hoje correntes na Europa Ocidental, que encontram expressão política no PCI ou no periódico britânico *Marxism Today*.

No prefácio à segunda edição de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de 1977, ele recorda como o livro foi escrito num momento em que um grupo de cientistas sociais de São Paulo tentava aplicar métodos marxistas à compreensão dos processos históricos, ao mesmo tempo em que lia Sartre, Lukács, bem como os clássicos da sociologia, inclusive Talcott Parsons. Cardoso alegaria que desde muito cedo em sua carreira ele se voltara para Sartre e especialmente para Lukács, como mais tarde para Gramsci, talvez em busca do tipo de marxismo hoje advogado, por exemplo, por Ernesto Laclau, por quem tem admiração. O ponto crucial sobre o qual insiste é a necessidade de se construir uma "problemática do sujeito" (prefácio à segunda edição de *Capitalismo e Escravidão*) e de se compreender os movimentos sociais. Em nenhum lugar esse novo prefácio rejeita o marxismo — embora inclua referências diretas ou indiretas muito negativas e ocasionalmente sarcásticas a Althusser e seus admiradores. É na tradição marxista que Cardoso encontra seus interlocutores preferidos do ponto de vista teórico, não em Frank e na escola da dependência. É provável que Cardoso considere a "escola da dependência" como algo que coloca antes um problema político que um problema intelectual sério, um produto cultural de certas características da sociedade americana que cria entre os cientistas sociais e os políticos norte-americanos e da América Latina uma postura artificial e danosa — ou simplesmente risível². Considera que a teoria da dependência tem em comum com o marxismo oficial uma visão excessivamente estruturada ou sobredeterminada do mundo e sua história, onde não há lugar para o sujeito, para a ação política e para os movimentos sociais. Não é, pois, surpreendente que dele se pudesse dizer que há muito tempo se identificava com a procura de uma ampla aliança de classes na política brasileira, que não fosse populista no conteúdo ou no estilo, mas que possibilitasse a construção de um sistema de participação democrática e de desenvolvimento econômico com

certo grau de justiça social. O que ele enfatiza principalmente é a participação política: não apóia — e provavelmente considera desagradável, quando não arrogante — a tentação de se colocarem os objetivos econômicos e sociais acima da questão política da participação, o que certamente constitui uma marca registrada de muitas receitas marxistas com relação à política, sobretudo nos regimes socialistas realmente existentes nos países subdesenvolvidos.

Assim, em várias ocasiões, Cardoso foi levado a avançar para antecipar-se ao "seqüestro" do discurso radical pela retórica da dependência. Desde 1967, foram constantes em suas intervenções os temas dos movimentos sociais (uma extensão da preocupação com o "sujeito") e do Estado, mas o que é mais interessante é a maneira pela qual esses temas foram por ele apresentados, de modo a fazer com que as opiniões, os debates e mesmo a linguagem se afastassem do duplo inimigo, o marxismo estruturalista sobredeterminado e o sobredeterminado sistema econômico mundial (o outro nome da dependência). A tática por ele adotada se diferenciou nitidamente tanto da de Frank quanto — para mencionar outro autor com o qual polemiza — da de Bill Warren.

Se voltamos a *Dependência e Desenvolvimento*, vemos que o livro — sobretudo em suas proposições programáticas e metodológicas — pode ser lido como um longo libelo em favor da análise da política nacional e dos movimentos sociais no contexto das diferentes relações entre a economia de um país e a economia mundial. Começa com uma expressão de discordância em relação à teoria da modernização, para logo em seguida introduzir os temas da subjetividade e dos movimentos sociais:

Através da análise dos interesses e valores que orientam ou podem orientar a ação, o processo de mudança deixa de apresentar-se como resultado de fatores naturais — isto é, fatores independentes das alternativas históricas — e começa a perfilar-se como um processo que nas tensões entre grupos com interesses sociais e políticos e orientações divergentes encontra o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos (p. 22 da edição brasileira, Zahar, 1970; todas as outras citações são da mesma edição).

² Daí o título de seu ensaio "Consumption of dependency theory in the United States", *Latin American Research Review*, XIII, 3, 1977.

Mas ele procura igualmente qualificar sua posição:

É necessário buscar categorias que expressem os diferentes momentos ou características estruturais do processo histórico... o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos por que atuam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe (p. 22).

Outras precisões aparecem no modo como qualifica o próprio termo "dependência": ele dá significado a "uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente num momento dado" e permite estabelecer "as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos" (p. 23). (Os escritos de Cardoso contêm mais frases contorcidas deste tipo do que os comentadores desejariam admitir.) Mas "o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas" (p. 23). Torna-se perfeitamente claro, a partir desta e de outras passagens do livro, que os autores consideram seu trabalho como um estudo dos movimentos sociais e da mudança política em tais contextos, e não como uma documentação do modo pelo qual a economia mundial afetou ou, na verdade, deixou de afetar as perspectivas de desenvolvimento na América Latina. Seu enfoque não *considera adequado, nem mesmo de um ponto de vista analítico, separar os fatores denominados externos e os internos* (p. 28). *São justamente os fatores político-sociais internos — vinculados, como é natural, à dinâmica dos centros hegemônicos — os que podem produzir políticas que se aproveitam das novas condições ou novas oportunidades de crescimento econômico* (pp. 28-29).

O último capítulo do livro esboça os padrões de aliança e conflito e de oportunidades surgidos no período mais recente de "internacionalização do mercado", após o fim do período de industrialização por substituição de importações (ISI). Como Dos Santos, Cardoso e Falletto abandonam aqui o modelo de um mundo em que o subdesenvolvimento é uma consequência das exportações pri-

márias, mas, ao contrário dele, não consideram que, em decorrência disso, as novas tendências à industrialização constituam simplesmente novos instrumentos que "continuarão a manter em seu lugar os países subdesenvolvidos". De igual modo, não vêem os governos militares que então surgiam com um novo estilo, especialmente no Brasil e na Argentina, como uma mera peça de um jogo de xadrez nas mãos das empresas estrangeiras. Esses governantes constituem uma "corporação tecnoburocrática" e "aniquilam os setores políticos tradicionais" que sobraram "do período populista-desenvolvimentista" (p. 135). Mas possuem um alto grau de autonomia, por serem ditatoriais, e em seu meio existem grupos e opiniões conflitantes. No entanto, de um modo geral, o Estado populista, característico do período de industrialização por substituição de importações, se transforma, sob seu domínio, em um "Estado-empresarial" (p. 132).

Vemos assim que, mesmo neste livro — o primeiro a ter uma repercussão internacional —, o tema de Cardoso não era apenas a dependência, com o qual é tão frequentemente associado, mas também o Estado e os movimentos sociais. Os ensaios posteriores de Cardoso sobre o Estado, datados do início da década de 70, colocaram explicitamente este tema no topo da agenda da teoria do desenvolvimento dos meios "marxizantes" internacionais e abriram caminho para as intervenções mais elaboradas que O'Donnell apresentou sobre o assunto. (Foi Cardoso quem, em 1972, criou o termo "Estado burocrático-autoritário", mais tarde popularizado por O'Donnell como "Estado BA".) Mas foi no contexto de seu próprio país que ele desempenhou um papel notável na transformação da "atmosfera" ideológica. Uma análise de sua atuação no contexto brasileiro dos anos 70 nos leva a acreditar que ele de fato operou uma mudança imperceptível mas crucial no discurso da oposição política, que pode ter desempenhado um papel essencial na transição muito gradual por que passou o país, da ditadura militar a um governo (mais ou menos) de oposição.

No Brasil, a influência de Cardoso foi mais política que teórica, desde que se tornou, com seus ensaios sobre autoritarismo e democracia (publicados em

1975), um dos primeiros cientistas sociais brasileiros a levantar publicamente questões dessa natureza durante o regime militar. Não há dúvida de que ele o fez propositadamente. (Como filho de general, talvez estivesse numa posição privilegiada para levantar questões sensíveis como aquelas, e explorou muito bem tal situação.) A partir de meados dos anos 70, suas intervenções orientaram o discurso da oposição radical no sentido de afastá-la da desconfiança com relação à democracia (como algo "burguês" ou "formal") e encaminhá-la para um diálogo com o discurso liberal dos interesses empresariais que, mais ou menos desde 1977, exigiam de modo cada vez mais estridente o fim do regime militar e o retorno da democracia. Estes grupos, com sua "democracia mercadológica da propriedade privada", colocavam um sério problema para os que se identificavam com a tradição marxista ou que se lembravam do apoio dado por eles aos golpes militares de 1964 e 1968. Ao protestar contra a falta de democracia, por exemplo, eles se concentravam no "estatismo" dos militares. A tortura e as violações de direitos humanos mais fundamentais pareciam preocupá-los menos. Aos que, na esquerda, duvidavam (legitimamente) de tal discurso, Cardoso dizia: "O liberalismo falou. . . temos que contestar. . .".

Nos anos que se seguiram, depois de 1977, parecia que a maioria dos intelectuais que até então não haviam participado da política institucional sob o regime militar decidira ingressar nos partidos legais de oposição — na verdade, no PMDB, no pequeno PT ou (como no caso de Dos Santos) no PTB que Brizola restaurara sob o nome de PDT. E isto, apesar dos desvios e injustiças evidentes do sistema eleitoral, como era então gerenciado pelos militares e seus associados. Não é descabido sugerir que Cardoso tivesse liderado tal corrente e que desejasse seus resultados — que desejasse acima de tudo ver estabelecido no Brasil um sistema político não-populista viável. Para ele — certo ou errado — isto significava de algum modo legitimar junto à *intelligentsia* radical uma ação política institucional aberta, ainda que num meio institucional altamente imperfeito e, ao mesmo tempo, tirar à política extraparlamentar (no sentido forte do termo) a legitimidade revolucionária que lhe conferia aquele mesmo grupo. Queria

que eles falassem à massa do povo e não apenas uns com os outros: uma tarefa que claramente atribui a si próprio, ou com a qual se viu confrontado, por volta de 1977.

Em lugar da "ruptura" postulada por teóricos como Frank, Cardoso engenhouse em construir o que se poderia chamar de "deslizamento ideológico". Não é difícil ver como isto se produziu. Num primeiro momento, seu argumento destinou-se a fazer reconhecer que o capitalismo dependente também poderia constituir um processo dinâmico de desenvolvimento, e que suas características de desigualdade e injustiça não justificavam a negação dessa tese (ver "O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento: Dados e Perspectivas", 1972, e "As Novas Teses Equivocadas", 1973, ambos reimpressos em *Autoritarismo e Democratização*, Rio, Paz e Terra, 1975). Em seguida (em "Estado e Sociedade no Brasil", 1972, e "A Questão do Estado no Brasil", 1974, também reimpressos no mesmo volume), desenvolveu uma explicação que procurava reavaliar a estrutura social e o sistema político do Brasil, e que só marginalmente se referia — e mesmo então como se o fizesse apenas em atenção à moda dominante — às empresas multinacionais e ao sistema capitalista mundial. Nessa explicação, o Estado que surgiu dos golpes de 1964 e 1968 era descrito como "objetivamente contraditório, na medida em que sintetiza o interesse privado e a vontade geral e no seu interior interesses heterogêneos lutam pelo poder" (*A Questão...*, 1974, p. 196). Os grupos dominantes talvez fossem, em certo sentido, classes sociais, mas em sua visão eles constituíam também grupos de pressão, articulados no Estado autoritário-burocrático por "anéis burocráticos", "através dos quais os interesses da sociedade civil (inclusive os econômicos) passam a existir dentro do Estado". O núcleo desta proposição é que o próprio aparelho burocrático do Estado constitui um ator independente crucial — ou um conjunto de atores — com interesses próprios.

A terceira fase do argumento não foi explicitamente exposta, mas poderia ser observada na própria estratégia política de Cardoso, como na de muitos outros intelectuais radicais. Suas análises implicavam

(em minhas palavras, não nas suas) que a reforma deveria constituir uma guerra de manobra no interior da esfera burocrática e política para alcançar o poder com o qual se poderia realizar a mudança social. O aparelho militar do Estado — afirmava, por implicação — era demasiadamente poderoso para ser vulnerável a ataques revolucionários, ainda que estes fossem desejáveis. No entanto, os inúmeros aparelhos que compõem este vasto e heterogêneo conglomerado podem ser conquistados pela ação política. Ele ainda conservava a linguagem de classe e dos interesses de classe, mas se distanciava com precisão cada vez maior do sobredeterminismo da dependência e do estruturalismo (parisiense). A luta de classe corporativista — veículo da social-democracia tradicional na Europa e de tradicionais guerras de posição entre as classes por toda parte — quase não era mencionada, apesar de sua crescente importância no Brasil naquele momento.

Suas declarações sobre vários temas de interesse do ponto de vista conceitual são muitas vezes ligeiramente evasivas, e ocasionalmente mesmo diplomáticas, como convém a um político-travestido-de-sociólogo. Por exemplo, o estatuto conceitual das classes, como algo distinto dos grupos de pressão, e dos "anéis burocráticos", é um problema que fica no ar; a questão levantada imediatamente por todo marxista com relação à determinação "em última instância" dos resultados da luta política — a ser localizada na estrutura econômica ou no Estado/superestrutura que, por sua vez, levantaria a questão do "reformismo" — é deixada sem resposta. Nos escritos dos anos 70, Cardoso está tentando preservar a imagem de uma sociedade capitalista com formas de domínio que não aprecia e cujo caráter desagradável *pode* ser referido às relações de produção e/ou ao sistema econômico mundial; mas está também tentando desenvolver a imagem de uma economia capitalista que pode ser (mais) democraticamente controlada, e de um Estado que pode ser um instrumento desse controle — contra os modelos "sobredeterminados" de Dos Santos (com o qual polemiza freqüentemente de modo explícito) e outros adeptos da teoria da dependência. O melhor resumo dessa posição poderia ser (talvez com todo o caráter evasivo do discurso ideológico e as ambigüidades que lhe são inerentes) o seguinte:

Curiosamente, nem mesmo os marxistas (que, se supõe, terão lido a Crítica da Filosofia do Estado feita por Marx) advertiram na época a possibilidade de que, de fato, apesar das intenções e dos interesses de alguns setores das classes dominantes, o caráter dependente da economia brasileira e a tradição centralizadora e burocratizante do Estado brasileiro acabariam por redefinir o quadro institucional. Este, como hoje é claro, nem se reorganizou para servir aos interesses "tradicionais" (agrolatifundistas exportadores, classe média burocrática tradicional, setores profissionais "liberais", burguesia mercantil-industrial de baixa competitividade etc.), nem, ao dinamizar o processo de acumulação e ao chamar os técnicos e militares para os círculos íntimos de decisão de alta cúpula, tomou o rumo definido de fortalecimento dos interesses empresariais dos empresários modernos (A Questão. . ., p. 198).

Subjacente às frases cheias de circunlóquios, existe (talvez propositadamente) uma visão mal articulada sobre a capacidade autônoma dos atores políticos de remodelar o Estado e, portanto, a sociedade. As classes no poder antes dessas mudanças simplesmente não assumiram direta ou indiretamente a condução do Estado quando, com seu apoio entusiástico, os militares tomaram o poder. Existe aqui também, dever-se-ia dizer de passagem, uma polêmica implícita mas intencional com Poulantzas, de que não precisamos ocupar-nos no momento.

Assim, talvez Cardoso, ao sustentar a centralidade da idéia de dominação como um "princípio articulador" (ver o ensaio de Ernesto Laclau sobre o populismo em seu *Politics and Ideology in Marxist Theory*, 1977), descartando ao mesmo tempo o sobredeterminismo (e o determinismo econômico) da dependência e as falsas filosofias político-econômicas do liberalismo latino, tenha trazido à superfície do debate político no Brasil a possibilidade de que uma ação política, mesmo sem fazer parte de estratégias revolucionárias, pudesse levar à democratização do Estado, e de que o caráter autoritário do Estado no país não fosse o resultado inevitável do sistema capitalista mundial e da fragilidade das relações de classe no Brasil.

Esta transição da dependência para um

discurso centrado no Estado constituiu uma grande façanha "articuladora" do tipo descrito por Ernesto Laclau em seu ensaio sobre o populismo: Cardoso combinava assim elementos do "velho" marxismo do PC e intelectuais progressistas, inclusive os participantes da guerrilha urbana, com elementos do "velho" liberalismo que defendera os interesses agrários e a indústria privada dominante e lutara contra Vargas, Goulart e agora contra os próprios militares, para criar o começo de um discurso de oposição adaptado às realidades do novo regime que surgiu após 1969. Nessas condições, se a oposição quisesse ser coerente, a interpelação a ser captada não era a de classe, a do desenvolvimento ou mesmo a da justiça, mas a do Estado. Isto, por sua vez, significava, se não um Estado democratizado (uma enteléquia na sociedade brasileira), pelo menos um convite à participação política: participação não só no sentido de assistir a comícios ou ser um militante dedicado ("o militante é um chato", disse ele certa vez num encontro de ativistas do PMDB), mas no sentido mais mundano de partilhar a confusa vida diária da barganha institucional e da reciprocidade no apoio político.

De algum modo, talvez — e este juízo que nos arriscamos a propor aqui é extremamente tentativo — Cardoso tenha contribuído para a criação de uma contraindeologia do Estado capaz de aglutinar uma massa informe extremamente ampla — e, como é natural, heterogênea — de facções de oposição, acumulando ao mesmo tempo sua oposição aos mais variados níveis. Basta apenas lembrar que o movimento de oposição se expressava em todas as instâncias, das ruas ao palácio presidencial, onde o vice-presidente do regime militar desertou seu partido para apoiar Tancredo Neves. Na falta de um terreno comum, Cardoso encontrou ao menos um pequeno espaço de problemas comuns com os liberais, porque ambos consideravam que o papel do Estado sob o regime militar fora negativo.

A partir dessa premissa, os "liberais" argumentavam em favor do desmantelamento do vasto aparelho econômico do Estado, enquanto Cardoso argumentava em favor de sua democratização. Mesmo depois de os militares finalmente entregarem o poder em 1985, a confluência podia continuar, na medida em que os esforços para realizar um corte nos gas-

tos excessivos em mordomias, acompanhados de revelações escandalosas sobre o abuso do poder, puderam ser combinados com um ataque aos gastos e às facilidades fiscais que beneficiavam os ricos. Em termos práticos, um guarda-chuva "anti-estatal" ainda poderia manter unidas as facções. Deste modo, Cardoso havia manobrado a esquerda radical até conduzi-la a uma posição de participação no que se poderia chamar de "discurso da transição democrática" — e com tal êxito que o centro, na forma do PMDB, parece ter agora debilitado completamente mesmo a esquerda intelectual marxista na política brasileira. Se minha hipótese for correta, esta é uma façanha considerável, ainda que a perspectiva de se continuar na atual "geléia geral da lua-de-mel centrista" num futuro previsível possa não ser do gosto de todos — ou mesmo do meu gosto —, sobretudo quando a isto se acrescenta um purgatório social e um inferno econômico.

O jeito de Cardoso de se manter de maneira ambígua com um pé no mundo da ciência social profissional e outro na política não é de modo algum típico da América Latina, e isto pode, afinal de contas, ser visto como a característica que torna tão peculiar sua contribuição³. Em 1977, estive num auditório do Congresso Nacional em que ele veio falar, em meio a uma greve estudantil muito tensa na Universidade. O auditório era composto predominantemente de estudantes sem experiência política, que buscavam orientação na situação delicada em que se encontravam, e ele os manteve fascinados ao conduzi-los, a partir de Hobbes, por toda a história da teoria política, até chegar ao problema imediato do Brasil naquele momento, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. De algum modo, ele conseguiu intervir num momento político altamente carregado de tensão sem perder um senso de imparcialidade e bom humor. Entre o seu estilo e o de muitos contemporâneos seus na ciência social latina, há um abismo intransponível.

³ Mais latino é o "vedetismo" desenfreado que o cerca e que ele com toda evidência aprecia...

Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 14, pp. 31-36, fev. 86

David Lehmann é professor na Faculty of Economics and Political Science, Cambridge University.